



EFEITOS DO FNO NA MESORREGIÃO DO MARAJÓ/PA

Carlos Benassuly Maués Filho

E-mail: carlos_maues@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Administração-PPAD

Universidade da Amazônia-UNAMA

Márcia Athayde Moreira

E-mail: athayde.marcia@gmail.com

Universidade Federal do Pará-UFPA

Universidade da Amazônia-UNAMA

Cyntia Meireles Martins

E-mail: cyntiamei@hotmail.com

Universidade Rural da Amazônia-UFRA

Universidade da Amazônia-UNAMA

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar se, e em que medida, os valores liberados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) influenciaram, no período analisado, a geração de receitas diretas pelos municípios e os índices de desenvolvimento da Região de Integração do Marajó no Estado do Pará. Para a realização da pesquisa, foram coletados os valores liberados pelo FNO, as receitas diretas dos municípios paraenses e os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, relativos aos 16 municípios da Região de Integração no Estado do Pará, em corte temporal de 2010 a 2016 para os índices FIRJAN e, de 2010 a 2019 para o FNO e as receitas municipais, com tratamento dos dados por meio de regressões em painel. Na análise dos valores liberados pelo FNO, foi encontrada influência sobre o IFDM Geral, IFDM Educação e o IFDM Saúde, porém não foi possível comprovar a contribuição do FNO sobre o IFDM Emprego e Renda, nem relação com a arrecadação de receitas diretas municipais. Assim conclui-se que esta análise trouxe à tona uma complexidade de resultados que antes não foram expostos e que levam a uma necessidade de aprofundamento de estudos para futuras discussões, na busca de soluções para melhoria da eficiência das políticas destinadas ao desenvolvimento social do estado do Pará.

Palavras-chave: Fundo Constitucional do Norte. Desenvolvimento Regional. Indicadores Socioeconômicos. Região de Integração do Marajó.

Eixo Temático 1: Gestão Pública e do Desenvolvimento



1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento materializa-se por intermédio de políticas públicas estabelecidas por um conjunto de atores sociais sob a coordenação do Estado (visa a garantir a democracia e maior igualdade na sociedade, e seu processamento corresponde aos anseios, valores e possibilidades desta). Nesse contexto, as políticas de desenvolvimento não devem ser direcionadas somente para crescimento econômico de uma determinada região, mas garantir o equilíbrio e a racionalização entre o desenvolvimento humano de forma igualitária, observando e garantido da qualidade de vida, exercício da cidadania, entre outros. Estes são fatores relevantes para uma política de desenvolvimento que esteja realmente interessada em defender os interesses da humanidade (HEIDEMANN, 2014).

Dessa forma, é consenso o papel das políticas públicas no desenvolvimento regional. Depreende-se então que o Estado tem uma função relevante no processo de desenvolvimento regional, cabendo a ele oportunizar este desenvolvimento, para que seja sustentável, levando em consideração as necessidades das regiões menos favorecidas, favorecendo a integração (BOISIER, 2015; BANDEIRA, 2015; DALLABRIDA, 2010; FRIZZO, 2015 e GALVÃO, 2015).

Em âmbito nacional, a questão regional tem como marca a proposição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007 pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro. A discussão está centrada na necessidade de um posicionamento mais efetivo do Estado em relação aos problemas que resultam do sistema econômico, ou seja, uma atuação com vistas a minimizar o agravamento das desigualdades geradas pelo mercado. A proposta da PNDR partiu da busca em reverter a marginalização do desenvolvimento com ênfase nas reduções das desigualdades territoriais, e nos territórios que vêm perdendo população agravando o problema das grandes cidades (CARGNIN, 2015).

Nesse contexto se encaixa o Fundo Constitucional do Norte – FNO. A Constituição Federal de 1988 criou mecanismos, como os Fundos Constitucionais de Financiamento, que visam promover e financiar as atividades econômicas em regiões menos favorecidas, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, a fim de dinamizar suas economias locais, viabilizando o atingimento de seus objetivos por meio da geração de empregos e renda, o qual pode ser alcançado com o financiamento de atividades produtivas (MIN, 2008) e Segundo os estudos de Szajnbok e Pierdoná (2019), a alínea “c”, Inciso I, do artigo 159, da Constituição Federal de 1988 determina que, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, a União destinará 3% (três por cento), para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por intermédio de suas instituições financeiras de caráter regional. Para atender ao crescimento das demandas locais, cada vez mais são necessários maiores aportes financeiros, os quais, muitas vezes, não estão



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021

XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE



disponíveis ao administrador público. Nesse contexto, particularmente no estado do Pará, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), pode constituir aporte aos empreendedores locais e gerar desta forma, receitas estratégicas por meio de arrecadação, que por sua vez, podem ser empregadas para viabilizar a implementação de políticas públicas direcionadas aos serviços sociais prestados à população.

Dessa maneira e diante de pesquisas que analisaram variados aspectos da influência de fundos constitucionais sobre elementos sociais e econômicos, apresentando resultados mais ou menos favoráveis quanto ao atendimento da PNDR e à redução da desigualdade socioeconômica dos municípios abrangidos, coaduna-se com a ideia de Resende et al. (2014), os quais destacam a importância do monitoramento e avaliação continuada de fundos constitucionais, como o FNO, especialmente sobre a avaliação de eficiência destes programas inseridos em políticas de desenvolvimento.

Cravo, Resende e Carvalho (2014) observaram os fundos constitucionais operando algum impacto positivo sobre o crescimento do PIB per capita no âmbito municipal. No entanto, a análise de Resende, Silva e Silva Filho (2015) chama a atenção ao estudar o impacto dos fundos constitucionais de financiamento, pois a maioria dos trabalhos publicados sobre o tema aponta para a utilização dos fundos em municípios mais desenvolvidos, o que se torna preocupante, na medida em que estes fundos não estariam alcançando seus objetivos, como a política regional de redução das desigualdades intrarregionais.

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em avaliar se, e em que medida, os valores liberados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) influenciaram, no período analisado, a geração de receitas diretas pelos municípios e os índices de desenvolvimento da Região de Integração do Marajó no Estado do Pará.

A principal justificativa para estudo da liberação de valores do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) na Mesorregião do Marajó paraense, reside na importância da realização de estudos sobre a redução das desigualdades regionais, sendo um dos objetivos fundamentais do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988 e, nos últimos anos, um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do País, devido às suas dimensões continentais, com um território dotado de grande e rica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural, mas também marcado por profundas desigualdades sociais e regionais.

Cabe destacar que o estado do Pará é o segundo maior em extensão entre as 27 unidades da federação do Brasil, contando com uma área total de 1.247.955,381 km², considerada a décima terceira maior subdivisão do mundo. Possui 144 municípios, divididos em 12 regiões de integração, tendo uma população estimada de 8.366.628 habitantes, segundo dados do IBGE (2017), sendo o mais populoso da região e o nono do País. Apesar da sua rica biodiversidade natural, o estado



enfrenta problemas com o desmatamento, baixas taxas de desenvolvimento educacional, deficiência na infraestrutura sanitária e de saúde pública, tendo o quarto pior IDH do País (IBGE, 2010; FAPESPA, 2015; INEP, 2017; INPE, 2017; PNUD, 2017) e lacunas na eficiência alocativa do crédito de fomento (FRÓES JÚNIOR et al., 2019), dificultando a utilização dos recursos naturais para a obtenção de patamares mais elevados de desenvolvimento. Adiciona-se a esses problemas a fragilidade dos arranjos institucionais que promovam o capital social e humano, o baixo nível tecnológico da agricultura, a necessidade de ampliação da escala da economia regional e de uma base produtiva mais diversificada e integrada (REBELLO, HOMMA, 2017).

A Região de Integração do Marajó é formada por 16 municípios com destaque para Breves, Portel e Afuá; onde apresentam área de 104.354 km², equivalente a 8% do território paraense, 566.943 habitantes, 6,7% da população do Estado do Pará, 51,91% de área protegida do território da Reserva Indígena RI, 66,67% da área com Cadastro Ambiental Rural (CAR) e 5,35 hab./km² de Densidade demográfica (FAPESPA, 2018). A relevância ecológica da Ilha do Marajó representa um grande desafio à sua sociobiodiversidade (LIMA et al., 2004).

É notável a presença de muitos problemas, como o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), o baixo investimento do governo federal no estado, além de receber poucas verbas, esse pouco é mal distribuído entre os habitantes, pois a concentração de riquezas nas mãos dos mais favorecidos (concentração fundiária), o que dificulta ainda mais o desenvolvimento das regiões menos favorecidas. Isso pode ser facilmente observado analisando os tipos de atividades (empregos e estabelecimentos) na região do Marajó, na qual toda a economia encontra-se estagnada (MORAES et al., 2019).

Nesse conjunto ressalta-se que, de acordo com Paes e Lima (2016), em geral, as políticas de intervenção são desenhadas com base em evidência teórica e empírica sobre a eficácia de determinada medida, e certamente esta pesquisa contribui para a formação de uma base de dados empírica para avaliação da PNDR, do FNO, da Região de Integração do Marajó e do estado do Pará.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REGIONALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONÔMICO

O processo da regionalização brasileira convergiu para o capital sobre o qual o espaço está alienado pela formação não morfológica. As formações sociais resultam de uma estruturação modeladora pelos limites socioambientais, que são um todo interconectado em diferentes dimensões. Dessa forma, os limites territoriais, dentro da unidade de leitura, são estruturantes pela diversidade que conduz a noção de direção e da sistêmica forma espacial. A formação socioespacial, em estruturação,



Engajando ciência, gestão e sociedade

09 a 11 de novembro de 2021

XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE



passa a ser visível pelos caminhos da contribuição regional no desenvolvimento territorial (BADIRU; SANTOS, 2019).

Todavia, deve-se considerar que o almejado equilíbrio territorial é preconizado mais em termos conceituais do que efetivamente em termos reais, visto que as cidades: [...] correspondiam ao grande meio rentável do capital investido pelo Estado e pela iniciativa privada. Não era interesse dos governantes, desta forma, limitar a concentração de investimentos nestes locais ou promover a descentralização dos grandes centros urbanos, afinal, a própria geração de empregos urbanos era uma maneira de conter os conflitos sociais (VERRI, 2014, p. 104)

Reis et al. (2017) destacam a falta de investimentos necessários para fazer avançar o processo de regionalização e reduzir as desigualdades na oferta de serviços, já Badiru e Santos (2019) explicitam a economia estadual, de forma singular pelo modo de produção e da cidadania, embora apresente heterogeneidade regional no mesmo recorte espacial.

Nesse contexto, ressalta-se Reis (2005), para quem as desigualdades e o desenvolvimento desigual formaram a matriz genética da ciência regional e a construção da ideia de desenvolvimento regional. Na prática, o desenvolvimento regional é a implementação de um conjunto de força motriz, exógena, que influencia as demais atividades econômicas de uma região por meio da participação da sociedade local no processo de planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

O desenvolvimento territorial (local, endógeno ou de baixo para cima), envolve a mobilização de atores, recursos e instituições com forte vínculo espacial, com objetivo de alavancar a competitividade das atividades econômicas locais e propiciar bem-estar social e cultural à comunidade que vive nesse meio (PECQUEUR, 2005; PIRES et al, 2017). Cabe-se ressaltar, então, que alguns estudos observaram que a atuação dos fundos constitucionais e dos incentivos fiscais resulta na ampliação das desigualdades inter-regionais no interior das macrorregiões (MACEDO; MATOS, 2010; MENEZES, 2009; MACEDO et al., 2015). Com efeito, a demanda qualificada por crédito e por incentivos fiscais tende a ser mais acentuada nas sub-regiões mais dinâmicas dos estados favorecidos, sobretudo no entorno das grandes capitais e dos enclaves exportadores.

Em outras palavras, Martinelli e Joyal (2004) defendem que o desenvolvimento regional deve ocorrer de forma endógena, a partir de um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região, processo que tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido e estruturado a partir dos próprios atores locais, de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do próprio local.



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021

XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

PPAD
Programa de Pós-graduação em Administração

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ser
educacional

2.1.1 Desenvolvimento Socioeconômico

Segundo Cruz et al. (2019), o conceito de desenvolvimento econômico é amplo, permeando diversas abordagens feitas por diferentes autores. Para os pensadores da economia clássica – Adam Smith, David Ricardo, Walt Rostow, entre outros – o crescimento econômico é uma das principais condições para alcançar o desenvolvimento geral. Para eles, o desenvolvimento é explicado pela acumulação de riqueza, considerado por um incremento no PIB per capita. No entanto, foi visto que, apesar do aumento da produção econômica dos países, não houve avanços sociais e na qualidade de vida da população dos países tidos como em desenvolvimento. Isso intensificou a disparidades entre os países pobres e ricos (BUARQUE, 2008).

Há claras evidências de que o desempenho econômico dos países possui grande influência sobre o seu desenvolvimento humano, contudo os determinantes desse desenvolvimento são muito heterogêneos e o Produto Interno Bruto (PIB) pode não ser o principal fator dessa condição (GAYGISIZ, 2013).

Quanto à promoção do desenvolvimento, percebe-se a preferência do poder público em desenvolver ações focadas nas economias locais (BRASIL, 2004; TEIXEIRA, 2008). Entende-se que uma localidade pode apresentar elevados índices econômicos, que necessariamente não promovem de forma justa a distribuição da renda gerada e acesso da população aos serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento básico. Assim, para que haja desenvolvimento é necessária a distribuição dos resultados gerados pelo crescimento econômico (PEREIRA et al., 2019).

Nesse contexto, o crédito advindo do FNO exerce importante papel econômico e social, vindo para minimizar a dificuldade de acesso ou restrição imposta ao setor produtivo (empresários e seus empreendimentos), apontada como um dos principais entraves para o crescimento, a produtividade e, conseqüentemente, o desempenho (eficiência) dos empreendimentos (CIAIAN *et al.*, 2012). A restrição, racionamento ou a dificuldade de acesso ao crédito é um dos fatores críticos para a melhora do desempenho e do resultado das empresas, comprometendo a produtividade e a eficiência das firmas (CIAIAN *et al.*, 2012).

No entanto, como já observado, para Portugal (2017), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sozinho não é capaz de promover o desenvolvimento econômico e social, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ainda não é percebida enquanto política pública e quando assim é lembrada a identificam como uma simbiose do FNO. Dessa forma, os objetivos multidimensionais da PNDR ficam camuflados na dimensão econômica de uma forma geral, com pouca ênfase na influência que pode levar para as demais dimensões sociais.

De fato, este esforço na forma de políticas públicas que tentam amenizar problemas de disparidades socioeconômicas, voltadas para regiões mais vulneráveis



do país, remontam à década de 1950, com o advento das Superintendências de Desenvolvimento, até os recentes programas de transferência de renda, neste sentido, o governo adotou diversas formas de lidar com o problema, uma delas por meio do desenvolvimento de bancos de desenvolvimento e fundos constitucionais (NASCIMENTO; HADDAD, 2017).

Assim, obtém-se o entendimento-chave desta pesquisa, no qual empresas, fomentadas com crédito subsidiado oriundo de programas governamentais, se desenvolvem e retornam à sociedade tributos, empregos e renda, que se traduzem, de modo geral, em melhora de indicadores sociais. Dessa forma, é estabelecida a hipótese geral a ser corroborada nesta pesquisa:

H_g: *Os Valores Liberados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foram capazes de influenciar, de forma positiva, a arrecadação e os indicadores sociais da Região de Integração do Marajó no Estado do Pará.*

2.1.2 Indicadores Socioeconômicos

Uma forma de medir a influência do FNO no desenvolvimento local e regional é por meio de indicadores. No Brasil, um indicador de qualidade de vida bastante utilizado é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Criado em 2008, esse indicador acompanha o desenvolvimento dos 5.565 municípios brasileiros desde 2000. Possui periodicidade anual, com recorte municipal e na sua composição, são consideradas três áreas do desenvolvimento humano: emprego e renda, educação e saúde. Através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM se permitiu acompanhar o desenvolvimento socioeconômico no País, avaliando as condições de educação, saúde, emprego e renda em todos os municípios brasileiros. (FIRJAN, 2015).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo de séries históricas anuais. O IFDM apresenta semelhanças com o IDH-M, pois acompanham as três áreas de interesse deste: renda, educação e saúde, utilizando-se exclusivamente de estatísticas oficiais (ERVILHA et al., 2013).

A variação do IFDM é de 0 a 1, considerando-se que quanto mais próximo de 1 estiver o município, maior é o seu desenvolvimento. A Firjan trabalha com quatro níveis de classificação de desenvolvimento por município: baixo, para IFDM entre 0,0 e 0,4; regular, para IFDM entre 0,4 e 0,6; moderado, para IFDM entre 0,6 e 0,8; e alto, para IFDM entre 0,8 e 1,0. Os resultados são divulgados nas três dimensões do desenvolvimento: IFDM Emprego e Renda (IFDM-ER), IFDM Educação (IFDM-E) e IFDM Saúde (IFDM-S), além do índice geral calculado pela média aritmética desses três últimos (FIRJAN, 2018).

Oliveira e Silva (2012) entendem que o desenvolvimento econômico municipal é caracterizado pelo crescimento da renda, acompanhado de melhorias no nível de



XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

Engajando ciência, gestão e sociedade

09 a 11 de novembro de 2021



qualidade de vida da população. Aspectos ligados à qualidade de vida, tais como saúde, educação são variáveis chave na medição do desenvolvimento municipal. No tocante aos gastos em educação é relevante ressaltar que os investimentos nesta área e precisamente na educação pública proporcionam retorno na geração de emprego e renda (SESSO FILHO; GUILHOTO; 2011).

Quadro 1 - Componentes do IFDM por área de desenvolvimento

IFDM	Emprego e Renda	Saúde	Educação
Pilares	Mercado de trabalho forma	Atenção básica, primeiro nível de contato da sociedade com o sistema de saúde.	Ensino fundamental, educação infantil e qualidade da educação.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> · Geração e emprego formal; · Taxa de formalização do mercado de trabalho; · Geração de renda formal; · Massa salarial real do mercado de trabalho formal; · Desigualdades de renda no trabalho formal. 	<ul style="list-style-type: none"> · Proporção de atendimento adequado de pré-natal; · Óbitos por causas mal definidas; · Óbitos infantis por causas evitáveis; · Internação sensível à atenção básica. 	<ul style="list-style-type: none"> · Matrículas na educação infantil; · Abandono no ensino fundamental; · Distorção idade-série no ensino fundamental; · Docentes com ensino superior no ensino fundamental; · Média de horas aula diária no ensino fundamental; · Resultado do IDEB no ensino fundamental.
Fonte	Ministério do Trabalho (MT)	Ministério da Saúde (MS)	Ministério da Educação (MEC)

Fonte: Pereira e Moreira (2016); Firjan (2018).

Dessa forma, são estabelecidas hipóteses para a estruturação dos resultados da pesquisa:

H₁: Os valores liberados do FNO estão positivamente relacionados com as receitas diretas da Região de Integração do marajó no Estado do Pará.

H₂: Os valores liberados do FNO influenciaram, de forma positiva o IFDM Geral, da Região de Integração do marajó no Estado do Pará.

H₃; H₄; H₅: Os valores liberados do FNO influenciam de forma positiva o IFDM Educação, Emprego e Renda, e Saúde, da Região de Integração do marajó no Estado do Pará.

Cabe ressaltar que o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo de séries históricas anuais. O IFDM apresenta semelhanças com o IDH-M, pois acompanham as três áreas de interesse deste: renda, educação e saúde, utilizando-se exclusivamente de estatísticas oficiais (ERVILHA *et al.*, 2013).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como quantitativa e descritiva, realizada por meio de pesquisa documental, precedida de levantamento bibliográfico. Os dados foram tratados com regressões em painel. Os modelos de regressão para dados em painel apresentam, como principal vantagem, a possibilidade de analisar diferenças existentes entre unidades amostrais, composta neste trabalho por 16 municípios da Região de Integração do Marajó no estado do Pará, em cada tempo de observação e verificar a evolução temporal do mesmo fenômeno para cada unidade amostral (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Para a escolha do modelo de dados em painel, foram realizados testes estatísticos (MURCIA, 2010). Fez-se necessário, também, realizar testes de modo a verificar o atendimento aos pressupostos dos modelos apresentados.

Para a coleta de dados, procedeu-se a uma pesquisa documental junto aos órgãos de controle e administrativos referente ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Receitas Diretas dos Municípios Paraenses e Regiões de Integração do Marajó no Estado do Pará, junto ao Banco da Amazônia, sites do Tribunal de Contas da União (TCU); Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e Fapespa (Governo do Estado do Pará). Todos os dados foram organizados em planilha Excel.

Os modelos básicos que foram utilizados para análise são:

$$Rec_{it} = \beta_{1it} + \beta_{2it}FNO + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$IFDMg_{it} = \beta_{1it} + \beta_{2it}FNO + \beta_{3it}Rec + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$IFDMe_{it} = \beta_{1it} + \beta_{2it}FNO + \beta_{3it}Rec + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

$$IFDMer_{it} = \beta_{1it} + \beta_{2it}FNO + \beta_{3it}Rec + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

$$IFDMs_{it} = \beta_{1it} + \beta_{2it}FNO + \beta_{3it}Rec + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

Onde:

- Rec = Receitas Diretas municipais, que constituem a variável dependente do modelo 1 e variável de controle nos modelos 2 a 5;
- FNO = Valores liberados pelo FNO, que constitui a variável independente nos cinco modelos;
- IFDM = Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Geral (IFDMg), de Emprego e Renda (IFDMer), de Educação (IFDMe), e de Saúde (IFDMs), que constitui a variável dependente respectivamente dos modelos 2 a 5;



- β_i = representa o coeficiente angular estimado para cada variável “i” independente do modelo;
- t = período anual de observações, que no modelo 1 foi de 2010 a 2019, e nos modelos de 2 a 5 foi de 2010 a 2016.

O protótipo dá suporte à análise e interpretação dos resultados produzidos pela pesquisa, facultando a identificação das sinergias e dos conflitos, existentes entre os indicadores, intra e/ou interdimensional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Inicialmente, a Tabela 01 apresenta os resultados das Taxas de Crescimento Percentual Anual (TCA) dos Valores Liberados do FNO, das Receitas Diretas Municipais, no período de 2010 a 2019, e indicadores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, no período de 2010 a 2016, da Região de Integração do Marajó no Estado do Pará.

Tabela 1 - Taxa de crescimento percentual anual (TCA) das variáveis respectivas classificações de tendência da série temporal. Região Marajó, Pará, 2010-2019.

Variáveis	n	Período	TCA (%)	LI	LS	Classificação
Valores Liberados do FNO	16	2010 - 2019	8.78*	6.94	10.61	Crescente
Receitas Diretas Municipais	16	2010 - 2019	-0.0034	-0.04	0.03	Estacionária
IFDM Geral	16	2010 - 2016	3.09	1.79	4.39	Crescente
IFDM Educação	16	2010 - 2016	4.12*	2.61	5.62	Crescente
IFDM Emprego e Renda	16	2010 - 2016	-0.25	-0.62	0.12	Estacionária
IFDM Saúde	16	2010 - 2016	4.89*	3.25	6.52	Crescente

TCA (%): Taxa de crescimento anual da variável. IC95%: Intervalo de confiança de 95%. LI e LS: Limites inferiores e superiores do intervalo de confiança * $p < 0,05$.

Fonte: Dados da pesquisa, (2020)

Na Região de Integração do Marajó, no período analisado, de 2010 a 2019, a TCA se mostrou positiva para os Valores Liberados do FNO (8,78%) e com tendência crescente e estacionária às Receitas Diretas Municipais (-0,0034%); para aos indicadores do Índice Firjan, no período de 2010 a 2016, a TCA se mostrou positiva para o IFDM Geral (3,09%), o IFDM Educação (4,12%) e o IFDM Saúde (4,89%), todos com tendências crescentes; e para o IFDM Emprego e Renda, a TCA apresentou-se negativa (-0,25%), com tendência decrescente, como demonstra Tabela 1.

A Tabela 2 demonstra o somatório dos Valores Liberados do FNO e das Receitas Diretas Municipais, da Região de Integração do Marajó do Estado do Pará,



XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021



no período de 2010 a 2019, que, respectivamente, somaram R\$ 131,90 milhões e R\$ 121,30 milhões.

Tabela 2 - Valores Anuais (em R\$ milhões) do somatório dos Valores Liberados do FNO e das Receitas Diretas Municipais e Valores Médios (em %) dos Índices IFDM.

Variáveis	Medida	Ano										Total
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
FNO*	Soma	9.8	7.9	12.3	15.7	20.6	21.6	20.3	13.1	17.9	22.8	131.9
Receitas Diretas Municipais*	Soma	13.9	13.7	16.7	16.3	9.8	4.9	4.8	12.1	15.2	13.9	121.3
IFDM Geral	Média	0.407	0.426	0.445	0.454	0.457	0.469	0.504	----	----	----	----
IFDM Educação	Média	0.403	0.442	0.467	0.479	0.494	0.521	0.534	----	----	----	----
IFDM Emprego e Renda	Média	0.417	0.419	0.437	0.412	0.371	0.338	0.410	----	----	----	----
IFDM Saúde	Média	0.404	0.423	0.440	0.468	0.507	0.548	0.564	----	----	----	----

* Em milhões de reais

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Observa-se que houve uma constância no volume médio dos indicadores do Índice Firjan, no período de 2010 a 2016, com exceção do IFDM Emprego e Renda, que apresentou baixa de 2013 a 2015. Este estudo, ao analisar a evolução de cada indicador ano a ano, identificou oscilações, porém, inversamente proporcionais às dos valores liberados do FNO e das Receitas Diretas Municipais. Conforme demonstra a Tabela 2.

Os Gráficos 1 e 2, alusivos às variáveis em séries temporais e fundamentados na Tabela 2, apresentam a evolução e a comparação respectivamente dos valores liberados do FNO e das Receitas Diretas Municipais (Gráfico 1), e dos indicadores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipais, da Região de Integração do Marajó (Gráfico 2).



Gráfico 1 - Valores Anuais (R\$ Milhões) do somatório dos Valores Liberados do FNO e das Receitas Diretas Municipais. Região Marajó, Pará, 2010-2019

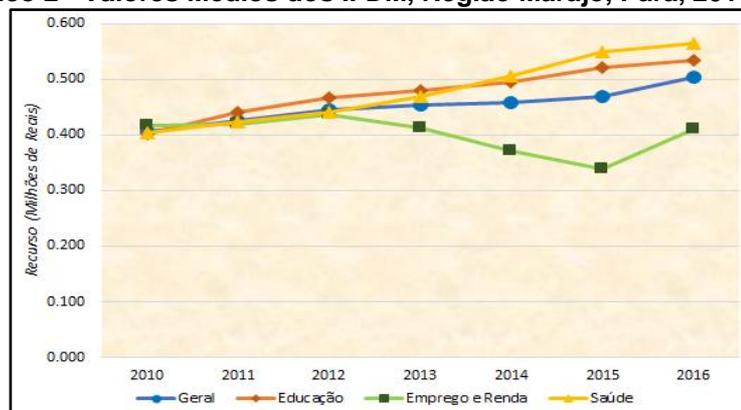


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os valores liberados do FNO apresentam queda em volume de reais nos anos de: 2011 (-19%); 2016 (-6%); e 2017 (-35%). As Receitas Diretas Municipais apresentaram quedas em volume de reais nos anos de: 2011 (-1%); de 2013 a 2016, com respectivas quedas de -2%; -40%; -50% e -2%; e no ano de 2019 (-9%).

Comparando as Receitas Diretas Municipais com os Valores Liberados do FNO, observou-se que houve diferença no volume de reais nos anos consecutivos de 2014 a 2019, com respectivas quedas de -52%, -77%, -76%, -8%, -15% e -39%, conforme demonstrado no Gráfico 1 e na Tabela 2.

Gráfico 2 - Valores Médios dos IFDM, Região Marajó, Pará, 2010-2016



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os indicadores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal apresentaram, no período de 2010 a 2016, as evoluções a seguir: o IFDM Geral, o IFDM Educação e o IFDM Saúde mantiveram crescimentos contínuos, o IFDM Emprego e Renda



apresentou queda nos anos de 2013, de -5,72%; 2014, de -9,95%; e 2015, de -8,89%, conforme demonstram o Gráfico 2 e a Tabela 2.

Na sequência da análise, foi elaborada a Matriz de Correlação, primeira etapa para verificar se, e qual, as relações capturadas no período entre as receitas, valores liberados de FNO e os índices Firjan.

Tabela 3 - Matriz de Correlação. Região Marajó, Pará, 2010-2019

Variáveis	FNO	REC	IFDM Geral	IFDM E	IFDM ER	IFDM S
FNO	1,000	—	—	—	—	—
REC	-0.7549	1,000	—	—	—	—
IFDM Geral	0.8241	-0.7060	1,000	—	—	—
IFDM E	0.8907	-0.7306	0.9635	1,000	—	—
IFDM ER	-0.7333	0.7050	-0.3430	-0.5328	1,000	—
IFDM S	0.9361	-0.8692	0.9352	0.9625	-0.6428	1,000

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na região do Marajó, foram identificadas correlações positivas entre o FNO e o IFDM Geral ($r = 82.41\%$), o IFDM Educação ($r = 89.07\%$) e o IFDM Saúde ($r = 93.61\%$); Receita com o IFDM Emprego e Renda ($r = 70.50\%$); O IFDM Geral com o IFDM Educação ($r = 96.35\%$) e com o IFDM Saúde ($r = 93.52\%$); o IFDM Educação com o IFDM Saúde ($r = 96.25\%$), conforme Tabela 3. Por fim, a última etapa consistiu em avaliar as correlações entre as variáveis tendo como base o modelo econométrico de dados em painel, como apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Modelos de dados em painel – Receitas e IFDM Marajó

Variável	Coefficiente (β)	Erro Padrão	Estatística	p	Modelo
Modelo 1 (Rec)					
FNO	-0.0832473	0.0383573	-2.17	0.030	Aleatório Robusto ²
Constante	1.2122940	0.3652436	3.32	0.001	
Modelo 2 (IFDMg)					
FNO	0.0082015	0.0038441	2.13	0.033	Aleatório Robusto ²
Rec	0.0052017	0.0069990	0.74	0.457	
Constante	0.4432189	0.0154344	28.72	0.000	
Modelo 3 (IFDMe)					
FNO	0.0120784	0.0062519	1.93	0.053	Aleatório Robusto ²
Rec	-0.0029634	0.0067374	-0.44	0.660	



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021

PPAD
Programa de Pós-graduação em Administração

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ser
educacional

Constante	0.4832326	0.0275706	17.53	0.000	
Modelo 4 (IFDMer)					Aleatório ²
FNO	-0.0096135	0.0104152	-0.92	0.356	
Rec	0.0174763	0.0091933	1.90	0.057	
Constante	0.4096295	0.0227046	18.04	0.000	
Modelo 5 (IFDMs)					Aleatório Robusto ²
FNO	0.0253058	0.0099369	2.55	0.011	
Rec	0.0066858	0.0087116	0.77	0.443	
Constante	0.4200773	0.0339418	12.38	0.000	

¹Estatística t. ²Estatística z.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir dos resultados encontrados, pode-se observar que:

Conforme Modelo 1, houve influência ($p=0.030$), com variação negativa do coeficiente da regressão ($\beta= -0.0832473$), dos Valores Liberados pelo FNO nas Receitas Diretas Municipais.

No Modelo 2, ajustado com dados das Receitas Diretas Municipais, houve influência ($p=0.033$), com variação positiva do coeficiente da regressão dos Valores Liberados pelo FNO na variação do IFDM Geral.

Na análise da variação do IFDM Educação, ajustado pelos dados das Receitas Diretas Municipais (Modelo 3), houve influência ($p= 0.053$), com variação dos recursos positiva dos Valores Liberados pelo FNO deste índice.

Já em relação à análise da variação do IFDM Emprego e Renda (Modelo 4), não houve influência ($p= 0.356$).

Por fim, foi observada influência ($p= 0.011$) e variação positiva do coeficiente da regressão destes recursos na variação do IFDM Saúde (Modelo 5).

A variável REC (Receitas Diretas Municipais) foi utilizada como variável de controle nos modelos de verificação da influência do FNO sobre os indicadores do índice Firjan, e, com exceção IFDM Emprego e Renda, e se mostrou positivamente relacionada com estes indicadores, como apresentado na Tabela 4, coadunando com estudos prévios de pesquisadores e técnicos realizados, os quais afirmam que a concessão de crédito de fomento promove elevação do produto, renda, salários e arrecadação de tributos, nas regiões onde se efetivam os investimentos (SANCHES, 2014; MOURÃO, 2019, DURAN, 2019; BASA, 2020).

Dessa forma, dentre as hipóteses levantadas para a construção empírica da pesquisa, três puderam ser estatisticamente confirmadas, conforme se apresenta:

H₂: Os valores liberados do FNO influenciaram, de forma positiva o IFDM Geral, na Região de Integração do Marajó no Estado do Pará => confirmada.



H₃: Os valores liberados do FNO influenciam de forma positiva o IFDM Educação, na Região de Integração do Marajó no Estado do Pará => confirmada.

H₅: Os valores liberados do FNO influenciam de forma positiva o IFDM Saúde nos municípios do Estado do Pará => confirmada.

Enquanto, nesta pesquisa, duas hipóteses não puderam ser estatisticamente confirmadas, conforme se apresenta:

H₁: Os valores liberados do FNO estão positivamente relacionados com as receitas diretas, na Região de Integração do Marajó no Estado do Pará => não confirmada.

H₄: Os valores liberados do FNO influenciam de forma positiva o IFDM Emprego e Renda, na Região de Integração do Marajó no Estado do Pará => não confirmada.

Dessa forma, pode-se confirmar parcialmente a hipótese geral deste estudo de que:

H_g: *Os Valores Liberados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foram capazes de influenciar, de forma positiva, a arrecadação e os indicadores sociais na Região de Integração do Marajó no Estado do Pará.*

Os resultados não permitiram validar geral da pesquisa na íntegra, o qual tinha como premissa que “quanto maior forem os valores liberados do FNO, melhor empresas serão estruturadas, e assim os municípios paraenses terão aumento em suas Receitas Diretas (arrecadação de impostos) e geração de emprego e renda”, esperava-se uma relação de forma direta e positiva entre as variáveis.

Dessa forma, esta pesquisa faz corpo com a a ideia de Resende et al. (2014), de que a influência de fundos constitucionais sobre elementos sociais e econômicos, podem apresentar resultados mais ou menos favoráveis quanto ao atendimento da PNDR e à redução da desigualdade socioeconômica dos municípios abrangidos, assim como os estudos de Resende, Silva e Silva Filho (2015), os quais chamam atenção ao estudar o impacto dos fundos constitucionais de financiamento, pois a maioria dos trabalhos publicados sobre o tema aponta para a utilização dos fundos em municípios mais desenvolvidos, carecendo de estudos em regiões historicamente mais pobres e menos desenvolvidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho, como objetivo principal, investigar a influência entre os valores liberados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre as Receitas Diretas dos municípios paraenses, pertencentes a Região de Integração do Marajó, durante o período de 2010 a 2019 e sobre os indicadores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, durante o período de 2010 a 2016, denominados de IFDM Geral, IFDM Emprego e Renda, IFDM Educação e IFDM Saúde, considerando



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021

XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

PPAD
Programa de Pós-graduação em Administração

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ser
educacional

a análise conjunta de dados dos 16 municípios que pertencem a esta Região de Integração no estado do Pará.

Uma vez tratados estatisticamente os dados, não foi possível confirmar a hipótese geral da pesquisa, de que os valores liberados de FNO manteriam uma relação direta com a obtenção, manutenção e crescimento da arrecadação das receitas diretas municipais e dos indicadores socioeconômicos dos municípios analisados.

De fato, esta análise trouxe à tona uma complexidade de resultados que antes não foram expostos e que levam a uma necessidade de aprofundamento de estudos para futuras discussões, na busca de soluções para melhoria da eficiência das políticas destinadas ao desenvolvimento social do estado do Pará.

Para pesquisas futuras, certamente uma análise qualitativa dos resultados para aprofundamento de percepções por parte dos atores envolvidos no processo, além de análises envolvendo o apoio e a participação dos governos municipais e estadual junto às classes produtivas, observando que o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é um recurso federal com aplicação regional, desta forma precisa de sinergia entre seus gestores, organizações e governos. Assim, como principais limitações da pesquisa, pode-se citar a possibilidade de inclusão de outras variáveis de controle no modelo especificado, buscando equilibrar outras forças atuantes sobre a geração de receitas municipais, além dos efeitos da liberação de recursos do FNO, de sorte a se obter melhor *fit* no modelo e possivelmente resultados mais robustos. Ademais, pode-se citar também a falta de uma série temporal completa do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Enfim, um tema socialmente relevante com muitas possibilidades de análise a fim de se aprofundar o entendimento de seus mecanismos e se aprimorar as políticas públicas para o melhor uso dos recursos, reduzindo as desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento com geração de renda e benefícios a população nortista do Brasil.

REFERÊNCIAS

BADIRU, A. I; SANTOS. N. D. Regionalização dos Expressivos Não Morfológicos dos Estados de Alagoas e Sergipe, Brasil. 2019 Set 08. In: Confins [online]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21122>. Acesso em: 08 jun., 2020.

BANCO DA AMAZÔNIA. Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). 2020.

BANCO DA AMAZÔNIA. Plano de Aplicações dos Recursos Financeiros Estado do Pará. Exercício 2020.



BANDEIRA, P. Entrevista: políticas públicas e desenvolvimento. Realizada em 15 de julho de 2015. Porto Alegre, RS.

BOISIER, S. Entrevista: políticas públicas e desenvolvimento. Realizada em 20 de janeiro de 2015. Santiago – Chile.

BUARQUE, S C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento. 4.ed. Rio de Janeiro - RJ: Garamond, 2008.

CARGNIN, A. P. Política de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2015.

CIAIAN, P; FAŁKOWSKI, J; KANCS, D. Access to credit, factor allocation and farm productivity: Evidence from the CEE transition economies. *Agricultural Finance Review*, v. 72, n. 1, p. 22-47, 2012.

CRAVO, T.; RESENDE, G. M.; CARVALHO, A. The impact of brazilian regional development funds on regional economic growth: a spatial panel approach. In: *ERSA CONGRESS, 54th, 2014, Saint Petersburg, Russia. Anais...* Saint Petersburg: Aug. 2014.

CRUZ, L. N; HERREROS, M. M. A. G; VILARINHO, C. C; EDUARDO NETO, N. D; MARTINS. G. C. Desenvolvimento socioeconômico na região de Matopiba, Brasil, *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 12538-12556, Aug. 2019.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DURAN, Kenny Abiorana et al. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO): um estudo sobre a eficácia dos financiamentos empresariais na cidade de Porto Velho–RO. 2020.

ERVILHA, G. T. ALVES; F. F.; GOMES, A. P. Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 23, n. 3, p.553-566, jul./set. 2013.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa. 1/ Pará, estimativas 2016, 2017 e 2018. Brasil. *Boletim Focus*, 2018.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P. Modelos longitudinais de regressão para dados em painel. In: _____. *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Publicações Firjan: Pesquisas e estudos socioeconômicos*, 2018. Disponível em: <http://www.Firjan.org.br>. Acesso em: 04 ago. 2020.



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). 2014. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm> Acesso em: 04 ago. 2020.

FRIZZO, P.A. Entrevista: políticas públicas e desenvolvimento. Realizada em 6 de outubro de 2015. Ijuí, RS.

FRÓES JÚNIOR, P. S. M.; AVIZ, W. L.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S. Sources of Growth and Spatial Concentration of Coconut Crop in the State of Pará, Brazilian Amazon. *Journal of Agricultural Science*; v. 11, n. 2. 159-169. 2019. Doi:10.5539/jas.v11n2p159.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará [Fapespa] (2015). Anuário Estatístico do Pará de 2015. Retrieved from http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario_estatistico/. Acesso em: 04 de ago. 2020.

GALVÃO, A.C. Entrevista: políticas públicas e desenvolvimento. Realizada em 1º de setembro de 2015. São Paulo, SP.

GAYGISIZ, E. How are cultural dimensions and governance quality related to socioeconomic development? *The Journal of Socio-Economics*, v. 47, p. 170-9, 2013.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelo de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 2010. Retrieved from <http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>. Acesso em: 04 de ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Perfil dos estados Brasileiros. Retrieved from <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pa>. Acesso em: 04 de ago. 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. Índice de desenvolvimento da educação básica. Retrieved from <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=7929313>. Acesso em: 04 de ago. 2020.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Projeto PRODES. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Acesso em: 04 de ago. 2020.

LIMA, A. A. M.; OLIVEIRA, L. L.; FONTINHAS, R. L.; LIMA, R. J. S. Ilha do Marajó: revisão histórica, hidroclimatologia, bacias hidrográficas e propostas de gestão. Técnico. Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente – Núcleo de Hidrometeorologia (SECTAM/NHM), Belém, 2004. Disponível em:



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021

XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

PPAD
Programa de Pós-graduação em Administração

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ser
educacional

<<https://www.ceaunesp.org.br/holos/article/viewFile/331/290>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MACEDO, F. C. et al. Diagnóstico da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Brasília, IPEA. Relatório de Pesquisa, 2015.

MACEDO, F. C; MATOS, E. N. O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. In: HANSEN, D. L; SANTANA, J. R. TEIXEIRA, O. A. (Org.). Estratégia de desenvolvimento regional – conceitos e experiências. Aracaju: Editora da UFS, 2010.

MARTINELLI, Dante P. JOYAL, André. Desenvolvimento Local e o papel das Micro e Pequenas Empresas. Barueri, SP: Minole, 1ª edição brasileira, 2004.

MENEZES, A. R. A. de. A utilização indutora de incentivos fiscais como mecanismo de redução de desigualdades regionais: análise acerca de sua (in) efetividade à luz do modelo de Estado e do projeto político de desenvolvimento insculpido na CF de 1988. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Ministério da Integração Nacional - Governo Federal. Fundos Constitucionais de Financiamento 20 Anos. Brasília, 2008.

MORAES. Demétrio dos Anjos et al. Atividades Dinâmicas nas Mesorregiões do Baixo Amazonas e Marajó. 10 de maio de 2019.

MOURÃO, Kleber Antônio da Costa. A Gestão Do Fundo Constitucional De Financiamento Do Norte (FNO) E Sua Efetividade Para O Desenvolvimento Econômico e Social Da Região Norte (2007-2016). Belém, 2020.

NASCIMENTO, T. O; HADDAD. E. A. Análise do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: uma aplicação de equilíbrio geral computável. 11 a 13 de outubro de 2017 – FEA/USP - São Paulo, SP - Brasil.

OLIVEIRA, M. DE J.; SILVA E. A. Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG. V Encontro de Administração Pública e Governo - EnApg (p. 1-16). Salvador, Brasil: 2012. Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração.

PAES, R. P. de; LIMA, L. Avaliação de impacto de programas sociais: Por que, para que e quando fazer? In: MENEZES FILHO, N. (Org.). Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.



XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021




PEREIRA, G. A.; MOREIRA, T. B. S. A influência dos consórcios intermunicipais de saúde no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, n. 46, p. 131-159, 2016.

PEREIRA, K. T. B. et al. IGEPEC, v. 23, p. 154-171, 2019. Edição especial.

PORTUGAL, Rodrigo. O que dizem as avaliações da Política de Desenvolvimento Regional no Brasil?. Revista Econômica do Nordeste, v. 48, p. 157-170, 2017.

PORTUGAL, R. Política regional para além do Fundo Constitucional do Norte (FNO): os 5% de Roraima. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, 2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Atlas dos municípios. Retrieved from <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

Rebello, F. K., Homma, A. K. O. (2017). História da colonização do Nordeste Paraense: uma reflexão para o futuro da Amazônia. Belém: Edufra, 153 p.

REIS, A. A. C; SOTER, A. P. M; FURTADO, L. A. C; PEREIRA, S. S. S. Reflexões para construção de uma regionalização viva. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n.4, p. 1045-1054, 2017.

REIS, José. Uma epistemologia do território. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2005, vol. 13 no. 1, p. 51-74. ISSN 1413-0580.

RESENDE, G. M. et al. Monitoramento e avaliação dos instrumentos da política nacional de desenvolvimento regional: uma proposta de avaliação continuada. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. Brasil em desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 201.

RESENDE, G. M.; SILVA, D. F. C.; SILVA FILHO, L. A. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da política nacional de desenvolvimento regional. In: RESENDE, G. M (Editor). Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais Vol. 1, Rio de Janeiro, 2015.

SANCHES, Lana Tácia. Impactos socioeconômicos provenientes da aplicação dos recursos do FNO na região amazônica de 2007 a 2012. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Cacoal - RO, 2014. Acesso em: 04 jul. 2020.

SESSO FILHO, U.A. e J.J.M. GUILHOTO. (2011). Productive Structure of the Pará region: An InputOutput Analysis (Estrutura Produtiva Do Pará: Uma Análise De Insumo-Produto). Munich Personal RePEc Archive, 1-25. Disponível em: Acesso em: 06.03.2020.

SZAJNBOK, Lucienne Michelle Treguer Cwikler, PIERDONÁ, Zélia Luiza. A participação dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021

XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

PPAD
Programa de Pós-graduação em Administração

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ser
educacional

regional. In: Revista Tributária e de Finanças Públicas, ano 26, v.138, 2019. Disponível em: <<http://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/78>>. Acesso em: 06 maio 2019.

TEIXEIRA, F. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLs)? Organizações & Sociedade, v. 15, n. 46, p. 57-75, 2008.

VERRI, F. O planejamento urbano integrado e a atuação do Serfhau no Rio Grande do Sul (1964-1975). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.